

FRI, 9 JUL 2021

Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.

Analistas afastam impacto da subida dos juros no crédito a empresas

Analistas afastam impacto da subida dos juros no crédito a empresas

PME portuguesas estão pouco expostas ao mercado da dívida corporativa, escapando ao risco moderado do impacto da subida ligeira das *yields*.

ÂNIA ATAÍDE E LÍGIA SIMÕES
aataide@jornaleconomico.pt

A ligeira subida das *yields* na zona euro desde o início do ano, com algumas correções, não se deverá traduzir num agravamento acentuado dos custos de financiamento para a generalidade das empresas portuguesas. Apesar da presidente do Banco Central Europeu (BCE) ter chegado a admitir um impacto “moderado” da subida dos juros no financiamento às empresas na zona euro, os analistas consultados pelo Jornal Económico afastam o risco. Não só assinalam que a subida foi demasiado ligeira para ter ainda repercussões, como explicam que a acontecer se verificaria sobretudo no mercado da dívida corporativa, o que abrange uma pequeníssima parte do tecido empresarial português, maioritariamente constituído por Pequenas e Médias Empresas (PME), que se financiam através da banca.

“A subida das *yields* que se tem verificado nos últimos seis meses na zona euro terá seguramente um reflexo no custo do financiamento direto da dívida pública e indireto nas empresas. Porém, apesar deste movimento recente, as taxas de referência ainda estão negativas quer as de curto prazo, quer as de longo prazo, e nos últimos dias tem até havido uma reversão no movimento de subida”, afirma o economista João Duque.

Os receios quanto à subida persistente da inflação após a reabertura da economia – que levou o banco central a alterar a meta da inflação (ver texto ao lado) –, apesar do BCE ter referido várias vezes esperar uma inflação apenas temporária, levaram a uma subida ligeira das taxas de juro no mercado secundário da dívida soberana, assinala Paulo Rosa, economista sénior do Banco Carregosa.

“Juros mais altos implicam encargos financeiros de financiamento mais elevados para as empresas e, conseqüentemente, impacto negativo nas contas. Todavia, a subida dos juros é ligeira”, assinala. Este aumento, explica, é de

30 pontos base no rendimento do tesouro português a 10 anos, que cota atualmente a 0,30%, depois de alcançar os 0,63% em meados de maio, quando no início de janeiro a taxa de juro implícita da dívida pública a 10 anos era de 0%. Olhando para a fotografia geral, o *spread* relativamente à *yield* da *bund* alemã a 10 anos mantém-se estável nos 60 pontos base.

“Ou seja, não há perceção de risco acrescido pelo mercado para a dívida nacional, a subida na Europa foi generalizada a refletir os re-

ceios da subida da inflação perante a abertura da economia e os *bottle-necks* da oferta”, refere.

Filipe Garcia, economista da IMF - Informação de Mercados Financeiros sublinha que “uma parte importante desse movimento já reverteu” e “para já os bancos centrais têm dado a entender que não pretendem subir juros nos próximos tempos e fica a sensação que continuam a controlar a curva de rendimentos”.

O debate em torno da subida da inflação aqueceu na Europa e nos Estados Unidos, devido a uma aceleração, explicado pelo aumento da procura impulsionado pela gradual reabertura da economia, o programa de vacinação, a escassez de semicondutores e subida do preço das matérias-primas. Mas também influenciada pelos efeitos de base devido à deflação durante a primavera e primeiro confinamento o ano passado, assinala Paulo Rosa. Este cenário levou à subida da *yields* soberanas e no pico do debate, na última reunião do Conselho de Governadores em junho, Christine Lagarde admitiu existir um risco “moderado” dos juros sobre o crédito às empresas.

Contudo, João Duque sublinha que “de momento as alterações nas taxas de juro não me parecem ainda dramáticas”.

Apesar de admitir que as taxas corporativas tenderão sempre a seguir as soberanas, Filipe Garcia adverte que “a percentagem de empresas portuguesas que se financia em mercado obrigacionista é pequena”, pelo que este risco não se deverá materializar para as PME portuguesas. A acontecer seria por via da perda de alguma competitividade, reflexo do baixo poder de influenciar preços, assinala Paulo Rosa. “As PME portuguesas são um ‘price taker’ e não um ‘price maker’, têm pouco ‘pricing power’. Uma subida de juros também seria penalizadora devido ao prémio de risco mais elevado das PME nacionais, mas a atual conjuntura de forte crescimento económico beneficia as empresas cíclicas, tais como muitas PME portuguesas”, conclui. ●



PAULO ROSA
Economista sénior
do Banco Carregosa



FILIFE GARCIA
Economista da IMF - Informação
de Mercados Financeiros



JOÃO DUQUE
Professor
catedrático do ISEG